

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 78/XII/ 3.^a SL

Aos 25 dias do mês de julho de 2014, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa:**
 - **Projeto de lei n.º 631/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - Proceder à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro (reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais), na redação dada pela Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro;**
3. **Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que «Procede à primeira alteração ao Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana, aprovado em anexo à Lei n.º 145/99, de 1 de setembro»;**
4. **Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para a 4.^a sessão legislativa da XII Legislatura;**
5. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição e designação de relator da seguinte iniciativa legislativa:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Proposta de lei n.º 241/XII/3. ^a (GOV)	Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas -Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às suas instalações em território português	Deputado José Magalhães (PS)

No ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) requereu o adiamento para o final da reunião da discussão e votação na especialidade do



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 78/XII/ 3.^a SL

[projeto de lei n.º 631/XII/3.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) - Procede à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro (reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais), na redação dada pela Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro, uma vez que não se encontrava presente o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), Deputado que tem acompanhado esta matéria.

Por consenso de todos os grupos parlamentares presentes, a fim de que fosse apreciada uma nova proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP, foi reaberto o processo de discussão na especialidade do [projeto de lei n.º 474/XII/3.^a \(PS\)](#) - aprova o regime sancionatório aplicável aos maus-tratos contra animais e alarga os direitos das associações zoófilas, procedendo à 2.^a alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e [projeto de lei n.º 475/XII/3.^a \(PSD\)](#) - Altera o Código Penal, criminalizando os maus tratos a animais de companhia. A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) justificou a apresentação da proposta, que adita um n.º 2 ao artigo 389.º do Código Penal, na necessidade de clarificar e balizar o máximo possível o conceito de «animal de companhia», tendo reformulado oralmente a proposta inicial. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) declarou que o Grupo Parlamentar do PSD acompanharia a alteração proposta; já os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves e José Magalhães (PS) disseram não concordar com o aditamento por entenderem não ser essa a solução mais adequada em termos técnico-jurídicos e a redação proposta levantar problemas interpretativos. No final, submetida a votação, a proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS e do BE e a abstenção do PCP.

Em seguida, procedeu-se à discussão e votação na especialidade do [projeto de lei n.º 631/XII/3.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) - Procede à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro (reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais), na redação dada pela Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

O projeto de lei supramencionado, da iniciativa conjunta dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, baixara à Comissão em 8 de julho de 2014, após aprovação na generalidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 78/XII/ 3.ª SL

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP apresentaram em conjunto propostas de alteração, em 14 de julho de 2014.

Intervieram na discussão que antecedeu a votação Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), José Magalhães e Luís Pita Ameixa (PS) e da votação, na qual se encontravam presentes todos os grupos parlamentares, à exceção do PEV, resultou o seguinte:

Artigo 1.º (*Lei interpretativa*)

Na redação do Projeto de Lei n.º 631/XII (PSD e CDS/PP) – Aprovado com votos a favor do PSD e do CDS/PP, abstenções do PCP e do BE e contra do PS

Artigo 2.º (*Interpretação autêntica*)

Na redação do Projeto de Lei n.º 631/XII (PSD e CDS/PP) – Aprovado com votos a favor do PSD e do CDS/PP, abstenções do PCP e do BE e contra do PS

Artigo 3.º

Epígrafe

Na redação da Proposta de Alteração do PSD e do CDS/PP (*Entrada em vigor e produção de efeitos*) - **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP, abstenções do PCP e do BE e contra do PS

Na redação do Projeto de Lei n.º 631/XII (PSD e CDS/PP) (*Entrada em vigor*) – Prejudicada

N.ºs 1 e 2

Na redação da Proposta de Alteração do PSD e do CDS/PP - Aprovados com votos a favor do PSD e do CDS/PP, abstenções do PCP e do BE e contra do PS

Corpo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 78/XII/ 3.^a SL

Na redação do Projeto de Lei n.º 631/XII (PSD e CDS/PP) – Prejudicada

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que «Procede à primeira alteração ao Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana, aprovado em anexo à Lei n.º 145/99, de 1 de setembro» [Proposta de lei n.º 218/XII/3.^a (GOV)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, sem votos contra, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 115/DAPLEN/2014, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

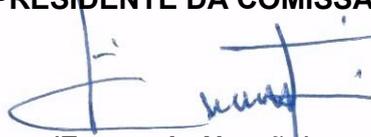
No ponto seguinte da ordem do dia, foi apreciado o plano de atividades para a 4.^a sessão legislativa, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS). No final, submetido a votação, o plano de atividades foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto relativo a «Outros assuntos», o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) solicitou ao Senhor Presidente da Comissão que diligenciasse junto da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) no sentido de ser enviado à Comissão, para conhecimento dos Deputados, o relatório elaborado por essa entidade relativo aos acontecimentos ocorridos no dia 21 de novembro de 2013, em frente à Assembleia da República, tendo em conta que foi noticiado pela comunicação social o arquivamento dos processos disciplinares em curso na sequência desses acontecimentos, tendo o Senhor Presidente concordado em fazê-lo

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 10-09-2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 78/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lação
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Carlos Abreu Amorim
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares
José Luís Ferreira
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: